

RESUMO ALARGADO

Durante décadas a profissão de auditoria tem sido afetada por diversas mudanças e vastas controvérsias acerca de questões como a responsabilidade assumida pelos auditores e o seu papel na deteção de fraudes e erros (Cordoş & Fülöp, 2015). Tal problemática agravou-se no início do século XXI com a falência de entidades conhecidas como a Enron, a WorldCom e a Parmalat (Cordoş & Fülöp, 2015). Após estes escândalos financeiros e desde a última crise económica foram vários os atores políticos e económicos que questionaram o papel dos auditores (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014). Especificamente, criticam a padronização do relatório de auditoria e o facto de se divulgar pouca informação (Bédard et al., 2014). Assim, sendo o objetivo de uma auditoria aumentar o grau de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras (Jermakowicz, Epstein & Ramamoorti, 2018), houve a necessidade de rever os relatórios de auditoria e de proceder às mudanças necessárias (Cordoş & Fülöp, 2015). Estas mudanças têm em vista reduzir o distanciamento entre o que é divulgado pelas entidades e pelo auditor e o que os utilizadores pretendem (International Auditing and Assurance Standards Board, 2011). Algumas dessas reformulações passaram pelo auditor incluir na sua opinião a aplicação da materialidade e o âmbito da auditoria (Velte, 2018).

Para além das modificações supramencionadas, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) (International Auditing and Assurance Standards Board, 2013) e o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) (Public Company Accounting Oversight Board, 2013) também sugeriram a inclusão das *key audit matters* (KAMs) na opinião do auditor (Bédard et al., 2014; Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016a; Jermakowicz et al., 2018). A divulgação das KAMs exigida pela nova norma *International Standard on Auditing* (ISA) 701 - *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report* -, foi publicada em janeiro de 2015, tendo entrado em vigor para as auditorias das demonstrações financeiras de entidades cotadas referentes aos períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016, embora a adoção antecipada também tenha sido permitida (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a). As KAMs são “as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram mais significativas na auditoria [...]” (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo 8). Isto implica que o auditor analise os riscos de acordo com a ISA 315 - *Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement* - e avalie a qualidade do sistema de controlo interno da entidade (International Auditing and

Assurance Standards Board, 2016). A recente inclusão das KAMs no relatório do auditor redirecionou a atenção dos utilizadores das demonstrações financeiras, de tal modo que estes passaram a focar-se em aspetos que o auditor considerou desafiantes (Public Company Accounting Oversight Board, 2013; Sirois, Bédard & Bera, 2018).

Dado o esforço em direção à convergência das normas de contabilidade e auditoria, tem-se vindo a verificar um maior interesse sobre o impacto da cultura nessas áreas, ao ponto deste tópico ser reconhecido como especialmente relevante, mas ao mesmo tempo controverso (Heidhues & Patel, 2011). De facto, existe uma extensa pesquisa acerca do impacto da cultura nas áreas da contabilidade e auditoria (por exemplo, Akman, 2011; Cowperthwaite, 2010; Heidhues & Patel, 2011; Hope, 2003).

De acordo com Hofstede (2001, página 9), a cultura é “a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo dos de outro”. Atualmente, existem várias estruturas culturais que caracterizam e descrevem culturas, no entanto, a mais utilizada é a desenvolvida por Geert Hofstede (Ghemawat & Reiche, 2011). Tal estrutura trata-se de uma ferramenta útil para analisar o que se pode esperar ao entrar numa nova cultura e quais as diferenças de valor mais pronunciadas (Ghemawat & Reiche, 2011). Estudos anteriores (Archambault & Archambault, 2003; Hope, 2003; Hope, Kang, Thomas & Yoo, 2008; House, Hanges, Javidan, Dorfman & Gupta, 2004; Jaggi & Low, 2000; Zarzeski, 1996) utilizam as dimensões culturais *Power Distance*, *Uncertainty Avoidance*, *Individualism (versus Collectivism)* e *Masculinity (versus Femininity)* desenvolvidas por Hofstede (1980) para estudar a influência da cultura no nível de divulgação.

A presente dissertação visa analisar o impacto da cultura do país de origem da empresa de auditoria na divulgação das KAMs. Desenvolveram-se hipóteses nas quais se espera que a dimensão cultural *Power Distance* se encontre associada negativamente ao número de KAMs e a dimensão *Individualism* se encontre associada positivamente à emissão das KAMs no relatório de auditoria. Para tal, recolheram-se os dados para o ano de 2017 das entidades de interesse público, todas elas cotadas, e auditadas pela Deloitte da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. A escolha da Deloitte deve-se ao facto desta ser a empresa que, em 2017, gerou o maior volume de negócios e que tinha o maior número de empregados a nível mundial. Para mensurar a cultura utilizaram-se as pontuações das dimensões culturais de Hofstede divulgadas no ano de 2017. Após a recolha e o tratamento dos dados, estimou-se a regressão que visa analisar o efeito das dimensões culturais *Power Distance* e *Individualism* no rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de

dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra. Em consonância com o expectável, os resultados do presente estudo mostram de facto que quanto mais um auditor reconhece e respeita a desigualdade de poder, menos KAMs ele tende a divulgar no relatório de auditoria. Em sentido oposto, a dimensão *Individualism* não foi de encontro ao postulado na respetiva hipótese, visto que os resultados demonstram que o auditor tende a divulgar menos KAMs quando o mesmo tem preferência pelo individualismo. Além disso, características como a dimensão, o número de segmentos de negócios e os honorários de auditoria influenciam positivamente a emissão das KAMs.

Esta investigação contribui para a literatura existente de várias formas. Em primeiro lugar, aborda um assunto bastante recente, uma vez que a introdução das KAMs no relatório do auditor apenas se tornou obrigatória para os períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016. Em segundo lugar, esta dissertação complementa os diversos estudos anteriores desenvolvidos antes da introdução das KAMs acerca do efeito da cultura no nível de divulgação (Archambault & Archambault, 2003; Hope, 2003; Hope et al., 2008; House et al., 2004; Jaggi & Low, 2000; Zarzeski, 1996), já que fornece uma análise do impacto da cultura a partir do momento em que o relatório do auditor deixou de ser padronizado.

Além disso, pesquisas anteriores quando analisaram a cultura, utilizaram várias empresas de auditoria (por exemplo, Nolder & Riley, 2013; Svanberg & Öhman, 2016). Contudo, de acordo com Barrett, Cooper & Jamal (2005) e Bik & Hooghiemstra (2018), tais firmas que operam internacionalmente dependem de políticas e metodologias de auditoria uniformes a fim de garantir a consistência das auditorias em todo o mundo. Deste modo e visto que cada Big 4 tem uma cultura e procedimentos distintos, isolou-se o efeito da pertença a uma rede de empresas de auditoria para se estudar efetivamente o efeito da cultura na divulgação das KAMs. Ou seja, outro dos contributos consiste no facto desta investigação ser a primeira, tanto quanto se sabe, a estudar a relação entre a cultura e a emissão das KAMs, na medida em que fornece uma melhor visão do impacto da cultura visto que se está perante clientes de apenas uma Big 4.

Os resultados deste estudo revestem-se de particular interesse para os reguladores, dado que é importante estes terem em conta que a cultura impacta o que resulta da aplicação da norma por eles elaborada. De facto, este estudo demonstra, à semelhança de Cowperthwaite (2010), que a aplicação da norma em países com culturas diferentes origina resultados diferentes. Além disso, os resultados são úteis para os auditores, na medida em que estes poderão integrar o efeito da cultura no julgamento e tomada de

decisão, nomeadamente aquando da formulação das KAMs. Por último, esta pesquisa também é útil para os restantes *stakeholders* visto que estes utilizam a informação financeira, incluindo as KAMs e, por isso, devem considerar que essas KAMs são afetadas não só pela aplicação das normas de auditoria como também pelo efeito da cultura.

Este artigo responde ao pedido de mais pesquisas sobre o efeito da cultura no comportamento dos auditores em relação à divulgação de KAMs (Pinto & Morais, 2019).

O restante da dissertação é organizado da seguinte forma. A próxima secção diz respeito à revisão de literatura sobre a introdução das KAMs no relatório do auditor e os seus determinantes e consequências. Além disso, é abordada a teoria das dimensões culturais de Hofstede e o impacto da cultura na contabilidade e auditoria. A terceira secção apresenta a amostra e a metodologia utilizada. Finalmente, são apresentados os resultados, seguidos de uma secção de conclusões, limitações e sugestões para futuras pesquisas.